

# CLIPPING FARMÁCIA

06 de Dezembro de 2019

- ABDI inicia com farmacêuticas frente de inovação
- Acionistas do grupo DPSP, das redes Pacheco e São Paulo, aceitam venda
- Anvisa autoriza fabricação e venda de medicamentos à base de Cannabis
- Hapvida compra Medical, de SP
- Remédio pode ter ação prolongada
- Empresa Boehringer faz recall de remédio para pressão
- Soluções monitoram a qualidade dos remédios





## ABDI inicia com farmacêuticas frente de inovação

***A agência vai atuar na interlocução entre empresas, governo, academia e Congresso Nacional para influenciar a formulação de políticas***

O setor farmacêutico será o primeiro a ser testado, pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em uma nova frente de trabalho: a advocacy.

A agência vai atuar na interlocução entre empresas, governo, academia e Congresso Nacional para influenciar a formulação de políticas. Nesse caso, com foco em inovação.

"O setor farmacêutico só sobrevive com inovação", disse ao Valor o presidente da ABDI, Igor Calvet. "Queremos discutir como passar da teoria para a prática."

O setor farmacêutico é o único no Brasil a ter preços regulados pelo governo. São fixados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), cuja secretaria-executiva é ocupada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A Anvisa criou, no último dia 13, um grupo de trabalho que tem por objetivo "propor critérios de precificação de medicamentos que trazem inovação incremental." A medida atende a um pleito da indústria nacional, que se ressentida da falta de mecanismos que estimulem os aperfeiçoamentos tecnológicos. Inovações incrementais são melhorias em medicamentos já registrados no Brasil que, com base numa tecnologia desenvolvida pelo fabricante em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), ganhou uma versão sublingual, com efeito imediato e de mais fácil ingestão.

A ABDI não integra esse grupo de trabalho da Anvisa, mas quer contribuir para o debate. Hoje, ela promove um debate com especialistas, em parceria com o Grupo FarmaBrasil (GFB).

"Teremos vários atores, mas no fim quem tem de amarrar as pontas todas é o governo", disse o presidente-executivo da entidade, Reginaldo Arcuri.

Ele acrescentou que ABDI e GFB estão priorizando dar efetividade às inovações.

"Como qualquer boa ideia, é muito fácil de defender", afirmou. "Mas há muitas dificuldades em transformá-la em coisas concretas."

Segundo Calvet, hoje os critérios de fixação de preço dos remédios não favorecem a inovação. O estímulo que está em discussão não será do tipo tributário. Mas pode haver, por exemplo, um critério diferente para fixação de preço do medicamento que premie as inovações incrementais.

A proposta do setor é que, nesses casos, a Anvisa autorize o preço calculado pelo laboratório. Não havendo distorções no mercado, o valor poderia ser mantido.

Do contrário, um novo preço seria determinado pela agência.

A previsibilidade de preços é importante, explicou Arcuri, porque o desenvolvimento de um medicamento com inovação incremental leva de cinco a dez anos. No entanto, a decisão de investimento tem de ser tomada logo no início. Assim, há muita insegurança quanto à viabilidade do produto.





Na linha de intermediação entre empresas, governo, Congresso Nacional e academia, a ABDI atua também na reforma da Lei do Bem, que dá incentivos tributários para a inovação. Segundo Calvet, essa lei é pouco usada. São menos de 1.500 empresas que se beneficiam dos descontos.

Outra frente que ganha a atenção da agência de desenvolvimento é a internet SG.

**Fonte: Valor**



## Acionistas do grupo DPSP, das redes Pacheco e São Paulo, aceitam venda

Parte dos sócios do grupo DPSP, dono das drogarias Pacheco e São Paulo está aberta a negociar a venda de 100% da empresa, segundo um sócio minoritário ligado à família Barata, maior acionista da varejista, com 51% de participação. Ontem, o site “Brazil Journal” informou que a rede de farmácias estaria negociando a operação com a mexicana Femsa.

Dois sócios do grupo negaram ontem ao Valor que exista uma proposta na mesa da Socofar, a subsidiária da Femsa na área de drogarias, ou de qualquer outro grupo, mas um deles admite que há constantes sondagens de bancos e assessores financeiros que querem intermediar a venda da empresa. “Com a valorização do dólar, perdemos valor [a transação em real fica mais barata], mas internamente não há consenso sobre condições gerais e preço”, diz um dos sócios.

Desde 2015, há divisões internas da DPSP, com parte dos sócios ligados à Drogeria São Paulo mais favorável a se desfazer do negócio que acionistas ligados a Pacheco.

São 12 sócios pelo lado da Drogeria São Paulo e ainda há os integrantes da família Barata, pelo lado da Pacheco, o que torna qualquer eventual negociação de venda complexa e lenta.

Uma segunda fonte diz que o grupo não aceitaria vender a operação por múltiplo inferior a 20 vezes o valor do lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação (Ebitda, da sigla em inglês). Em 2019, o Ebitda da companhia deve ficar entre R\$ 700 milhões e 750 milhões, o que levaria a um negócio de até R\$ 15 bilhões.

Para efeito de comparação, a Raia Drogasil tem valor de mercado de R\$ 36,8 bilhões para um Ebitda anual duas vezes maior que a DPSP, projetado em R\$ 1,4 bilhão neste ano, segundo analistas.

Em 2015, quando a americana CVS chegou a negociar a compra da DPSP, a aquisição era avaliada em cerca de R\$ 6 bilhões, 17 vezes o Ebitda daquele ano. A transação não avançou exatamente por discordâncias relativas a preço.

Uma eventual negociação com a Femsa reforçaria consideravelmente o braço de varejo de farmácias da empresa na América Latina. A Femsa tem farmácias no Chile, Equador e Colômbia - são cerca de 1,5 mil pontos, de marcas como Cruz Verde, Fybeca e SanaSana.

Segundo uma fonte da área de postos e distribuição, a Femsa busca criar uma operação de varejo no país que possa ser instalada em postos de combustíveis.

Em agosto, fez uma joint venture com a Raízen (dona dos postos Shell no Brasil) para expandir seus negócios em lojas de conveniência. A Femsa é dona da rede Oxxo, a maior do segmento na América Latina.

Procurada, a Femsa informou, por nota, que não comenta rumores. Mas acrescentou que sempre analisa novas opções e oportunidades de negócios “para incorporá-las à nossa proposta de valor e, assim, atender às necessidades de nossos clientes”.

Segunda maior varejista de drogarias do país, a DPSP informou ontem que não se manifestaria.

**Fonte: Valor**



## Anvisa autoriza fabricação e venda de medicamentos à base de Cannabis

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou regulamento para a fabricação, importação e comercialização de medicamentos derivados da Cannabis. Norma será publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias e entrará em vigor 90 dias após a publicação.

A decisão foi tomada por unanimidade pela diretoria colegiada da agência reguladora. O parecer apresentado em reunião ordinária pública nesta terça-feira (3), em Brasília, está disponível na internet.

O medicamento só poderá ser comprado mediante prescrição médica. A comercialização ocorrerá exclusivamente em farmácias e drogarias sem manipulação. Conforme nota da Anvisa, “os folhetos informativos dos produtos à base de Cannabis deverão conter frases de advertência, tais como ‘O uso deste produto pode causar dependência física ou psíquica’ ou ‘Este produto é de uso individual, é proibido passá-lo para outra pessoa’”.

“Essa é uma excelente notícia, um avanço. Torna mais democrática a possibilidade de prescrição”, assinala o neurologista Daniel Campi, vice coordenador do Departamento de Dor da Academia Brasileira de Neurologia (ABN). Segundo ele, pacientes que conseguiam autorização de uso do medicamento estavam gastando mais de R\$ 2,5 mil por mês.

### Visão crítica

O especialista, no entanto, pondera que “é preciso ter visão mais crítica” sobre as potencialidades do medicamento.

Segundo ele, “há um gap” entre a demanda pelo medicamento “para a melhora da qualidade de vida” e o conhecimento sobre em quais pacientes e circunstâncias produtos à base de Cannabis terão efeito.

“É como dizer que há um lugar fantástico na Floresta Amazônica, mas não dizer onde fica exatamente”, compara Daniel Campi ao defender que as universidades e centros de pesquisas deverão investigar mais os efeitos dos medicamentos.

Ele calcula que 70% da demanda antes da regulamentação da Cannabis para uso medicinal era para alívio de dor crônica (lombar e de cabeça). Também havia grande procura para casos de ansiedade e dificuldades de sono. A ABN prepara nota científica sobre fármacos à base de Cannabis.

A Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (Abrace) contabiliza centenas de pessoas que tiveram acesso ao medicamento para casos de epilepsia, autismo, mal de Alzheimer, mal de Parkinson e neuropatias. A entidade divulga nomes e contatos de mais de 150 médicos que já prescrevem medicamentos à base de Cannabis.

### Projeto de Lei

A possibilidade de liberação da comercialização de produtos com Cannabis mereceu ao longo deste ano atenção constante do ministro da Cidadania, Osmar Terra, que é médico especializado em saúde perinatal e desenvolvimento do bebê, e faz restrições ao uso indiscriminado.





Na semana passada, em audiência pública na Câmara dos Deputados, Terra assinalou que “uma coisa é usar o canabidiol (...). Se ele faz efeito, tem que ter garantia do Ministério da Saúde para ser oferecido gratuitamente à população mais pobre com indicação médica, que realmente precisa.

Agora, usar a desculpa do canabidiol para propor que se use a maconha livremente, nós não podemos deixar passar”.

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 399/2015 que faculta a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação. Em seu perfil no Twitter, Osmar Terra declarou haver lobby empresarial em favor da liberação de medicamentos derivados da Cannabis. Ele também declarou ser contrário à regulação do plantio da Cannabis, já vetado hoje pela Anvisa. O Conselho Federal de Medicina publicou nota em favor do posicionamento do ministro.

Para o clínico-geral Leonardo Borges, do Hospital das Clínicas e do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, “a possibilidade de uso recreacional existe em outros medicamentos como os fármacos de sildenafil, previstos para homens com disfunção erétil, mas consumidos por homens sem problema nenhum”. O médico, que já prescreveu medicamento a base de Cannabis, assinala que a decisão da Anvisa foi tomada “após grande revisão da literatura sobre o medicamento”.

**Fonte: Agência Brasil**





## Hapvida compra Medical, de SP

A Hapvida, de Fortaleza, adquiriu 100% da Medical, grupo que possui operadora de planos de saúde e hospital em Limeira, no interior de São Paulo, por R\$ 294 milhões.

Com a transação, a companhia começa a absorver as primeiras sinergias com a São Francisco, operadora que também atua no interior paulista e foi adquirida por R\$ 5 bilhões, em maio. A Medical era um dos ativos que estavam sendo negociados pela São Francisco antes desta ser vendida à Hapvida.

“Antes, era mais complicado para a São Francisco fazer uma operação de quase R\$ 300 milhões. Agora, sendo um grupo grande é possível”, disse Bruno Cals, diretor de finanças da Hapvida. A aquisição será paga à vista, com desconto do montante referente às garantias para possíveis passivos futuros.

Neste ano, até o momento, a Hapvida já fez oito aquisições que juntas somaram R\$ 5,8 bilhões. A companhia captou R\$ 8 bilhões no mercado, entre oferta de ações e emissão de debêntures desde sua abertura de capital (IPO), em abril do ano passado.

Com cem leitos e maternidade, o hospital da Medical será ofertado aos usuários do plano de saúde da São Francisco, que não possui um hospital próprio na região de Limeira. “Essa aquisição também vai nos proporcionar baixar a sinistralidade dos usuários da São Francisco nessa região, onde não temos rede própria. Também teremos ações para baixar a sinistralidade da Medical, que é da ordem de 80%”, disse Cals.

Para efeito de comparação, a taxa média de sinistralidade na Hapvida e São Francisco é inferior a 60%.

Um dos motivos do custo mais elevado é que parte relevante dos usuários não se interna no hospital próprio, além disso, a operadora da Medical é uma cooperativa médica. Nesse modelo, é comum a realização de uma grande quantidade de procedimentos, uma vez que o sistema se retroalimenta, ou seja, os ganhos do ano da cooperativa são distribuídos entre os próprios médicos cooperados.

A São Francisco conta com cerca de 60 mil usuários em Limeira e cidades próximas. A Medical, por sua vez, tem 80 mil vidas. Deste total, 15% são clientes de plano individual e os demais 85% são convênios médicos corporativos. “Para evitar que o hospital fique sobrecarregado, podemos, por exemplo, construir um pronto atendimento em outra parte da cidade”, disse Cals.

O grupo Medical encerrou 2018 com receita de aproximadamente R\$ 180 milhões. A operadora fechou com lucro de R\$ 748 mil.

**Fonte: Valor**





## Remédio pode ter ação prolongada

Pesquisadores chineses desenvolveram um peptídeo que pode ajudar a potencializar o efeito de uma droga usada no tratamento do HIV. A nova tecnologia, chamada IBP-CP24, rendeu resultados positivos em testes laboratoriais feitos com macacos e ratos. A descoberta foi publicada na última edição da revista Plos Pathogens.

A droga melhorada é o enfuvirtida, que tem sua aplicação clínica limitada. “A aplicação clínica de medicamentos com peptídeos convencionais, como o enfuvirtida, é comprometida pela meia-vida curta. Para superar isso, desenvolvemos uma estratégia com foco em prolongar esse tempo de eficácia, prolongando a presença dessa molécula na corrente sanguínea”, explicam, em comunicado, os autores do estudo, liderados por Shibo Jiang, pesquisador da Universidade de Xangai.

A equipe usou o peptídeo anti-HIV curto chamado CP24, que foi fundido a outras moléculas com potencial de combate ao vírus. Dessa forma, foi criado o IBP-CP24. Em testes laboratoriais com macacos, o IBP-CP24 inibiu um amplo espectro de cepas de HIV, incluindo um grupo que era resistente ao enfuvirtida.

Mais importante: sua meia-vida, no sangue de macacos rhesus, foi 14 vezes maior que a de enfuvirtida usada sem o novo peptídeo.

O teste também foi feito em ratos infectados pelo vírus, que sofreram diminuição significativa do HIV na corrente sanguínea. Segundo os cientistas, esses dados podem abrir portas para um novo medicamento.

“Eles sugerem que o IBP-CP24 tem potencial para criarmos uma droga anti-HIV de ação prolongada, que poderia ser usada sozinha ou em combinação com os anticorpos reguladores (bNAb) durante o tratamento e, talvez, para a prevenção”, frisam os cientistas.

Fusão inibida É o primeiro medicamento da classe terapêutica chamada inibidor de fusão. Ele se liga à proteína chamada gp 41 do vírus HIV, impedindo a sua entrada em células humanas. Seu uso clínico foi aprovado em 2003.

**Fonte: Correio Braziliense**





## Empresa Boehringer faz recall de remédio para pressão

O Procon informou hoje que a empresa Boehringer Ingelheim do Brasil fará recall de um de seus medicamentos. Um dos lotes do remédio para pressão Cardizem CD 180 mg possuía quantidade menor do ingrediente ativo.

A fundação de defesa ao consumidor comunicou que o Cardizem CD 180 mg (cloridrato de diltiazem), lote B22849, "contém algumas cápsulas abaixo do peso normal, com uma quantidade menor do ingrediente ativo". Por conta disso, os medicamentos com falha podem ter eficácia reduzida.

"A empresa deverá apresentar os esclarecimentos que se fizerem necessários, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, inclusive com

informações claras e precisas sobre os riscos para o consumidor", comunicou o Procon.

Para troca ou ressarcimento, os consumidores devem ligar para o telefone 0800 701 6633.

**Fonte: Uol**





## Soluções monitoram a qualidade dos remédios

Os ganhos proporcionados com a adoção da IoT na saúde, tanto os diretamente ligados à melhoria da qualidade do tratamento médico, como na gestão das instituições de saúde, é o que tem impulsionado o emprego em larga escala das tecnologias para o monitoramento de dispositivos e pacientes.

Estudo da consultoria Grand View Research mostra que o mercado global de saúde movimentou US\$ 58,9 bilhões em 2014 em dispositivos, software e serviços de IoT, montante que deve chegar a US\$ 410 bilhões até em 2022. No Brasil, a estimativa da IDC é que os gastos das empresas com tecnologias de IoT somem US\$ 9 bilhões somente neste ano, impulsionados por aplicações no agronegócio, serviços públicos e, principalmente, na área de saúde.

Por seu potencial econômico e por ter muito a ganhar com a adoção das tecnologias de IoT, a saúde foi escolhida como uma das quatro áreas prioritárias do Plano Nacional de Internet das Coisas do governo para o uso em larga escala no país. O setor é, ao lado do agronegócio, o que tem o maior número de projetos e aplicações de IoT.

Um exemplo são os projetos da Embratel de desenvolvimento de duas soluções de IoT, em parceria com a Fibro, Sierra Wireless, Konker e Bunker. Um dos acordos é voltado para monitoramento da qualidade de medicamentos em farmácias e o outro, destinado ao monitoramento de vacinas.

Ainda em fase de homologação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a primeira solução é um sistema que permite

monitoramento automático de temperatura e umidade dos medicamentos para que seja utilizada em qualquer farmácia. Atualmente, esse monitoramento é feito manualmente, ao menos três vezes por dia por cada sensor, sendo que cada farmácia tem em média de três a quatro sensores.

“A Anvisa quer que esse controle de umidade e da temperatura seja feito de forma automática, daí a ideia de desenvolver a solução. Ela permite que todas as informações captadas pelos sensores sejam enviadas automaticamente à Anvisa, através de um chip da Claro”, explica Elisabete Couto, diretora de Soluções IoT da Embratel.

A segunda solução é um conservador de vacinas conectado, que também precisa ser monitorado para garantir a qualidade dos produtos nele armazenados. Elisabete explica que os dois sistemas usarão padrão de comunicação Narrowband IOT - Cat-M1, que permite conectar um grande número de sensores a um baixo custo. Outro projeto inovador de IoT na área de saúde é desenvolvido pelas startups Taggen Soluções IoT e Biocam, ambas em Campinas, no interior de São Paulo, para a Santa Casa de Valinhos.

Trata-se da implementação de soluções para identificação e localização dos equipamentos da UTI, com o uso de beacons, dispositivos que emitem sinais que são captados por antenas conectadas um sistema de engenharia clínica.



De acordo com o CEO da Biocam, Rogério Ulbrich, a plataforma desenvolvida conjuntamente pelas empresas é capaz de monitorar mais 20 parâmetros críticos dos hospitais em diversas áreas, desde a farmácia, equipamentos de radiologia, UTI, centro cirúrgico e laboratório, entre outros.

No terceiro trimestre deste ano, o governo lançou sua agenda para internet das coisas com a oferta de linhas de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em julho, o banco aprovou a primeira operação de apoio a um projeto piloto de IoT, no valor de R\$ 1 milhão, para o teste de tecnologia de monitoramento de oxigênio ministrado em tratamento de pacientes com enfisema pulmonar, proposto pelo centro de inovação CESAR (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife).

Apesar de aprovado pela diretoria do BNDES, o projeto ainda não foi contratado.

A previsão é que a contratação seja finalizada ainda neste mês, o que permitiria o seu início em janeiro de 2020, explica João Paulo Pieroni, chefe do Departamento do Complexo Industrial e de Serviços de Saúde do BNDES. Segundo ele, estão previstos testes no Real Hospital Português, Hospital Santa Teresinha e Hospital Central do Paulista, além de nos serviços de homecare interne, home care Nordeste e home care saúde residência. O prazo de execução do projeto é de 24 meses.

Não é de hoje que a indústria investe no desenvolvimento de componentes eletrônicos, software,

sensores de conectividade, alarmes e avançados sistemas de controle para serem incorporados em equipamentos médicos e laboratoriais das mais diversas naturezas.

A Philips, por exemplo, desenvolveu um amplo leque de soluções para a área médica e que tem como carros-chefes a HealthSuite Digital Platform (HSDP), plataforma em nuvem para conexão de dispositivos de IoT, capaz também de coletar, armazenar e analisar dados eletrônicos de saúde provenientes de várias fontes, e o E-Alert, usado para monitorar o desempenho de equipamentos de ressonância magnética.

**Fonte: Valor**

